

VALORIZAR SOCIALMENTE O DESPORTO:  
UM DESÍGNIO NACIONAL

9

**DESPORTO  
E SEGURANÇA.  
OLIMPISMO E PAZ**



**COMITÉ OLÍMPICO  
DE PORTUGAL**

## ÍNDICE

PREFÁCIO .....	<b>3</b>
OLIMPISMO E PAZ .....	<b>5</b>
TERRORISMO .....	<b>9</b>
PAZ OU SEGURANÇA .....	<b>13</b>
SEGURANÇA DE GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS .....	<b>15</b>
TERRORISMO E GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS .....	<b>21</b>
CONCLUINDO .....	<b>27</b>



## PREFÁCIO

O desporto é um notável observatório das transformações culturais, sociais, económicas e políticas que ocorrem nas nossas sociedades. Esta asserção é não menos verdadeira quando pensamos na geopolítica e nas questões de segurança. Podemos olhar para o mundo através dos olhos dos grandes eventos desportivos, da mesma forma que, hoje, não é possível encarar um grande evento desportivo sem, em simultâneo, cuidar de estudar as questões de segurança que o envolvem.

A história, aliás, é profícua em incidentes securitários durante eventos desportivos. É impossível não ter presentes os atentados nos Jogos Olímpicos de Munique e de Atlanta ou mais recentemente, em Paris, durante um jogo de preparação da seleção francesa. Assim como convém ter memória que houve já conflitos armados que deflagraram na sequência de jogos de futebol (entre as Honduras e El Salvador ou entre o Dínamo de Zagreb e o Estrela Vermelha de Belgrado). Em anos mais recentes, durante a primavera árabe, foi também durante um jogo de futebol, envolvendo o El Masry e o El Ahly, que a situação no Egito se degradou.

Não pode ser por acaso: no desporto convergem todas as tensões políticas latentes e o contexto emocional é propício à conflitualidade. É por isso que, num ano em que se realizam vários grandes eventos desportivos, acima de todos os Jogos Olímpicos do Brasil, não poderia ser mais oportuno promover uma reflexão como a que, em boa hora, o Comité Olímpico de Portugal levou a cabo, sobre o tema “desporto e segurança”. Como sempre acontece quando se debatem os temas da segurança e dos riscos, há uma tentação inicial de dizer que os problemas sempre existiram e que a história está repleta de exemplos disso mesmo. Há, contudo, elementos de novidade quer nos riscos que hoje se colocam quando pensamos em desporto e segurança, quer nos desafios políticos que encerram. Não só as ameaças globais se revestem hoje de características inovadoras (em alguma medida radicalmente novas), como a situação política no Brasil é marcada pela incerteza. Um contexto adverso e exigente para a realização de um evento desportivo da dimensão das olimpíadas.

Neste opúsculo, o General Pedro Pezarat Correia – com a combinação única de saber prático e espírito reflexivo que o caracterizam – percorre os novos desafios que se colocam à segurança e articula-os com o desporto e o olimpismo em particular. Ao longo destas páginas, temos uma discussão sólida da evolução do conceito de paz e de guerra e a forma como se encontram interligados com os pilares do Olimpismo moderno. O texto prossegue com uma reflexão sobre o modo como o terrorismo moderno pode questionar os pilares do Olimpismo, que se encontram distantes da nova realidade da guerra e também da paz. Estas metamorfoses do desporto e do contexto que o envolve colocam desafios de segurança complexos aos grandes eventos desportivos.

Como bem conclui o General Pezarat Correia, temos de nos habituar a viver com o terrorismo, o que obriga a que sejamos capazes de manter uma atitude racional na resposta ao fenómeno. Os grandes eventos desportivos, por serem um palco privilegiado para atentados, colocam desafios particularmente exigentes. Afinal, “a guerra contra o terrorismo, no desporto, pode ser ganha, mas só o será se os alvos visados não se deixarem dominar pelo medo. Com as medidas de segurança apropriadas e cada vez mais aperfeiçoadas, os grandes eventos desportivos têm de continuar a realizar-se”.

Seria um erro se, em algum momento, movidos pelo medo, recuássemos no espírito do Olimpismo.

*Pedro Adão e Silva*

## OLIMPISMO E PAZ

Dizem os Princípios Fundamentais do Olimpismo, logo a abrir o seu número Um, que O Olimpismo é uma filosofia de vida, que exalta e combina de forma equilibrada as qualidades do corpo, da vontade e do espírito. Aliando o desporto à cultura e educação, o Olimpismo é criador de um estilo de vida fundado no prazer do esforço, no valor educativo do bom exemplo e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais. E, acrescentam, que o objetivo do Olimpismo é o de colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso do Homem, tendo em vista promover uma sociedade pacífica. Tem por objeto o desporto e, num contexto mais amplo, a cultura física, que é parte da cultura integral do ser humano e, como tal, a prática do desporto é um direito do homem. Do homem enquanto ser biológico consciente, independentemente de sexo, de idade, de etnia, de nacionalidade, de estatuto social, de opções religiosas e ideológicas. Como escreveu Manuel Sérgio, no Prefácio ao livro “Desporto e política”, do meu saudoso amigo Noronha Feio<sup>1</sup>, «O desporto [...] é meramente instrumental: no fim está o Homem.» (p. 7)

Nesse sentido apontam os seis Pilares Fundamentais do Olimpismo Moderno, que se propõem estar ao serviço do Desenvolvimento e da Paz, dois princípios sociologicamente interligados porque, numa perspetiva estruturalista, não há paz sem desenvolvimento, como não há desenvolvimento sem paz. Esses seis pilares, Educação, Desporto, Cultura, Ambiente, Desenvolvimento, Paz estão, afinal, sintetizados, explícita ou implicitamente, no título da celebração que o Comité Olímpico de Portugal promoveu do “Dia Internacional do Desporto para o Desenvolvimento e a Paz”. E que eu me permito sintetizar ainda mais no binómio Desporto para a Paz.

Entendo que o conceito moderno da paz mais ajustado à realidade atual é o que foi avançado pelo sociólogo sueco Johan Galtung, no seu livro *Peace by peaceful means; peace and conflict, development and civiliza-*

---

<sup>1</sup> FEIO, Noronha – *Desporto e política; ensaios para a sua compreensão*, Compendium, Lisboa, 1978

tion<sup>2</sup>, a paz pela positiva, que associa paz direta, mais paz estrutural, mais paz cultural. Isto é, uma paz que passa pela eliminação das causas da violência, da guerra, que também é o somatório da violência direta, mais violência estrutural, mais violência cultural. Este conceito de paz, estruturalista, nega o tradicional e redutor entendimento da paz como a mera ausência de guerra, que confunde a paz com a paz direta. Essa é a paz pela negativa, que sempre se tem traduzido, apenas, por uma trégua entre a última e a próxima guerra. É uma paz precária, instável, porque não procura soluções que vão ao cerne da violência.

Retomando os seis pilares do Olimpismo Moderno, a sua observação global e interativa permite interpretar uma articulação em que os primeiros cinco pilares, impregnados de conteúdo cultural mas também de sentido estruturante, culminam no sexto, a paz, que será, afinal, o valor supremo do olimpismo. Isto conduz-nos a uma questão que aqui gostaria de colocar: até que ponto o enunciado dos seis Pilares do Olimpismo Moderno expressam um pensamento que se identifica com a paz pela positiva? Será que os pilares do Olimpismo Moderno pretendem configurar o contributo do desporto para a paz estrutural e para a paz cultural que, somados à paz direta, conferem à paz o sentido positivo?

Confesso que a ideia que me parecia predominar, quando se identificava o desporto (refiro-me ao desporto institucionalizado) com os ideais da paz, o desporto como fator de paz, não era esta. Era antes a do entendimento de uma paz que negava a guerra mas num sentido clássico, aquele que foi definido por Clausewitz, a guerra como conflito que opõe entidades políticas, visando objetivos políticos nacionais, conduzida por estruturas armadas institucionais, num quadro de racionalidade perceptível. Ou seja, conforme a síntese clássica do filósofo da guerra prussiano, a guerra como instrumento racional da política nacional. E que, por arrastamento, a paz invocada no ideal desportivo era a paz pela negativa, a paz no sentido de ausência dos grandes conflitos convencionais.

---

2 GALTUNG, Johan – *Peace by peaceful means; peace and conflict, development and civilization*, International Peace Research Institute, Oslo, 1996, p. 265

Não sei se é assim e para mim, que gosto do desporto como filosofia de vida, confortar-me-ia saber que o ideal supremo do olimpismo moderno é a paz positiva. Mas a minha dúvida justifica-se porque reina hoje alguma perturbação concetual no domínio da polemologia, isto é, da teoria dos conflitos, que engloba o estudo da guerra e da paz. Concretizando, nesta era da globalização, cabe perguntar, de que falamos quando falamos de guerra? De que falamos quando falamos de paz?

Esta dilemática tem a ver com o facto de que, no pós-guerra fria e na atual era da nova ordem mundial da globalização, as guerras clausewitzianas, as que opunham Estados ou, no mínimo, entidades políticas, através de instrumentos militares institucionais, visando objetivos políticos, não tendo desaparecido completamente do quadro dos conflitos possíveis, perderam a exclusividade que detiveram durante os séculos XIX e XX e tornaram-se, mesmo, menos prováveis. Surgiu, a partir dos finais do século passado, um novo tipo de conflitos a que Mary Kaldor, no livro *New & old wars; organized violence in a global era*<sup>3</sup>, chamou Novas Guerras (há uma enorme profusão de outras designações mas eu tenho dado preferência à terminologia de Kaldor), que correspondem à tipologia da violência dominante da era da globalização. Envolve um vasto leque de conflitos, desde pequenas guerras clássicas, à criminalidade transnacional organizada, às violações de direitos humanos, às limpezas étnicas, aos sectarismos religiosos, aos atentados, sequestros, à violência urbana generalizada. O general britânico Rupert Smith, com larga experiência em cargos de responsabilidade nestas novas guerras, no seu livro *A utilidade da força; a arte da guerra no mundo moderno*<sup>4</sup>, diz que é uma guerra no seio do povo, com a qual o cidadão comum convive no seu dia-a-dia. E o israelita Martin Van Creveld diz no seu livro *La transformation de la guerre*<sup>5</sup>, que «No futuro, a guerra não será função dos exércitos, mas de grupos, hoje chamados terroristas, guerrilheiros, bandidos, assaltantes de estrada, mas que procurarão, sem dúvida, títulos mais oficiais.»

---

3 KALDOR, Mary – *New & old wars - organized violence in a global era*, Polity Press, Cambridge, 1999

4 SMITH, Rupert – *A utilidade da força; a arte da guerra no mundo moderno*, Edições 70, Lisboa, 2008

5 CREVELD, Martin van – *La transformation de la guerre*, Éditions du Rocher, Paris, 1998

Estas guerras instalam alguma confusão na caracterização dos conceitos de guerra e de paz, de ameaça e de risco, de defesa e de segurança, que por sua vez arrastam um caos terminológico.

O terrorismo moderno, que constitui a preocupação maior da atualidade nas sociedades organizadas, inscreve-se, pois, nestas novas guerras. É matéria que se inclui numa nova abordagem dos conflitos à luz da globalização, que se designa por Revolução nos Assuntos Militares (RAM), tema que foi particularmente desenvolvido nos Estados Unidos mas que aqui não vamos aprofundar, dizendo apenas que é uma nova forma de encarar a guerra e que incide nas áreas tecnológica, organizacional, concetual e doutrinária do pensamento militar. Donald Rumsfeld, quando era secretário da Defesa dos EUA no governo de George W. Bush escreveu, em 2002, num artigo na revista *Foreign Affairs*: «Uma revolução nos assuntos militares é muito mais do que *construir armas de alta tecnologia – embora isto seja parte dela. Também envolve novas formas de pensamento e novas formas de combater*»<sup>6</sup> É verdade, concordam vários autores que a RAM incide, sobretudo, nos conceitos de e sobre a guerra.

Isto é, está em mudança o quadro concetual da guerra, como há também um novo quadro concetual da paz. O que nos leva a colocar uma segunda questão: será que a formulação dos pilares do Olimpismo moderno permite pressupor que o pensamento desportivo compreendeu esta nova realidade e percebeu que o ideal que visa, a paz, mudou de paradigma? Não surpreenderá que assim tenha acontecido, porque dantes, o Olimpismo e o desporto em geral visavam a paz mas estava fora da guerra, os grandes eventos desportivos deixavam mesmo de se realizar enquanto duravam os conflitos generalizados. Hoje os grandes eventos desportivos estão dentro da guerra e até são diretamente visados por ela, nomeadamente por esse aspeto particular da guerra que é o terrorismo global.

---

6 RUMSFELD, Donald – “Transforming the military”, *Foreign Affairs* Volume 81 n.º 3, May-June 2002

## TERRORISMO

É chegado, então, o momento de colocar uma nova questão: o que se entende, hoje, por terrorismo?

O terrorismo não é novo como forma de guerra. O terrorismo sempre existiu, as origens das ações terroristas nos conflitos armados confundem-se com as origens da própria guerra. Nas guerras primitivas, nas da Antiguidade Clássica, nas disputas medievais, nas guerras clássicas clausewitzianas, nas guerras imperiais e coloniais, sempre houve práticas terroristas, de uma e da outra das partes em conflito. Mas eram formas de guerra que se inscreviam em tipos de guerras de outras naturezas. O que é novo, o que mudou, é que o terrorismo está a dominar a conflitualidade dos nossos dias, manifesta-se como forma de violência autónoma, situa-se no patamar da estratégia e não já na mera ação tática. Passou de uma forma de guerra e conquistou o estatuto de tipo de guerra. Depois do 11 de Setembro de 2001 nos EUA entrou na terminologia corrente a guerra do terrorismo global, a guerra contra o terrorismo global. Designação que, até aí, os meios militares tinham relutância em usar e ainda não é pacificamente aceite.

Nos países e organizações internacionais que se mostram mais empenhados na luta contra o terrorismo global, ainda não se chegou a consenso sobre o que é o terrorismo moderno. Entretanto já se conseguiu um acordo na União Europeia sobre uma definição de terrorismo, que inclui atos intencionais que possam prejudicar gravemente um país ou uma organização internacional, com a intenção de intimidar seriamente uma população, compelir os responsáveis a executar ou abster-se de executar qualquer ato, ou desestabilizar ou destruir as estruturas políticas fundamentais, constitucionais, económicas ou sociais. Em resumo, o terrorismo visa instalar o medo para paralisar, ou coagir. Mas ainda está longe um acordo sobre o que deve e o que não deve incluir-se no âmbito do terrorismo. Para exemplo e apenas como exemplo, há muitas reservas sobre a inclusão no seu âmbito do terrorismo de Estado.

Certo é que, no estado atual da perceção e estudo deste novo tipo

de guerra, os Estados e as organizações supranacionais ainda não definiram as modalidades para melhor enfrentarem a guerra do terrorismo, para lhe porem fim. Ainda nem sequer decidiram se é predominantemente uma responsabilidade das forças policiais ou das forças militares. Em 2006 um relatório do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, difundia vagas recomendações para uma estratégia global contra o terrorismo, que não ia além das boas-intenções: dissuadir as populações de recorrerem ao terrorismo ou de o apoiar; negar aos terroristas o acesso aos meios para levar a cabo os seus ataques; fazer com que os Estados desistam de prestar apoio aos grupos terroristas; desenvolver as capacidades dos Estados para prevenir o terrorismo; defender os direitos humanos no contexto do terrorismo e da luta contra o terrorismo.

Para muitos a luta contra o terrorismo passa, prioritariamente, pela identificação e combate às mais importantes fontes que o alimentam, que lhes disponibilizam território onde podem refugiar-se em “santuários” porque invulneráveis à intervenção externa, que com eles estabelecem relações económicas clandestinas e lhes garantem recursos financeiros avultados. A dificuldade está em definir essas fontes, que muitas vezes são estatais, ou pelo menos contam com apoios ou tolerâncias oficiais ou de setores influentes das sociedades, que beneficiam das intrincadas teias das alianças e compromissos diplomáticos internacionais.

Isto arrasta um problema altamente delicado, o das relações dos terroristas com o meio humano em que se movimenta, que é algo paradoxal. Andreas Behnke<sup>7</sup> pensa que os atuais terroristas devem ser compreendidos como os sucessores dos anteriores promotores da violência não-estatal, serão os novos “partisan”, guerrilheiros. Isto contém uma contradição que parece insanável. O guerrilheiro clássico, tal como o conhecemos – e nós, portugueses tivemos oportunidade de o conhecer bem – das guerras de libertação nacional, vivia

---

7 BEHNKE, Andreas – “Terrorising the political: 9/11 within the context of the globalisation of violence”, *Millennium* Vol 33 N.º 2, Millennium Publishing House, London School of Economics, London, 2004

no seio das populações que o apoiavam. Estar no meio das populações como peixe na água, era um paradigma da guerrilha. O terrorista, pelo contrário faz, conscientemente, das populações inocentes as suas vítimas, evita ser reconhecido pelas populações enquanto tal. Para o terrorista a população não é o seu refúgio, é a sua vítima. Algo poderá estar a mudar uma vez que notícias recentes indicam que a célula terrorista de Bruxelas contou com colaboração dos moradores do seu bairro. Se assim for, se o terrorismo dispuser do meio humano como retaguarda, introduz um novo elemento que alterará todo o enquadramento do estudo e do combate ao terrorismo.

Aparentemente a resposta ao terrorismo assentaria num raciocínio linear: há uma guerra do terrorismo global; tem de ser combatida com uma guerra global contra o terrorismo; a paz só poderá resultar da eliminação do terrorismo global. É matéria do âmbito da defesa nacional. Só que a realidade não permite esta linearidade de raciocínio. Procuraremos compreender porquê.



## PAZ OU SEGURANÇA

Nesta fase de ainda alguma indecisão dos poderes institucionais, das forças da ordem, das sociedades, há que equacionar o terrorismo à semelhança da forma como se enfrentam as catástrofes naturais. Sabe-se que existe, que acontece, com mais ou menos violência, sem ser possível prever onde, quando, de que forma. Estão referenciadas zonas mais sensíveis, mais expostas, mais prováveis. É possível planejar medidas para minimizar danos, preparar meios de intervenção, desencadear ações de resposta. Mas não há um outro, o inimigo. Mais do que como uma ameaça é como um risco que se apresenta e, como tal, não é na área da defesa mas na área da segurança que se inscreve.

Sem aprofundar, porque não é o local para tal, não posso deixar de fazer uma breve incursão na teoria dos conflitos e da estratégia. Há uma distinção básica entre a forma de enfrentar agressões bélicas e a forma de enfrentar as catástrofes naturais. A agressão bélica pressupõe um outro (inimigo), uma entidade racional que se nos opõe, da qual há um conhecimento mínimo dos seus objetivos, do seu potencial, da sua doutrina, das suas modalidades de ação, que configura uma ameaça e cuja resposta se inscreve no quadro da estratégia e da defesa. Das catástrofes naturais não se conhecem responsáveis pelo desencadeamento, não há o outro racional, não há objetivos, configuram riscos, estão fora da estratégia e inscrevem-se numa área que não vai além do planeamento. Segurança é o conceito que, tendo um âmbito mais vasto, engloba a defesa contra as ameaças mais o planeamento contra os riscos.

O terrorismo situa-se, neste dilema, numa posição ambígua. Por um lado pressupõe um outro, racional que nos ameaça e, por isso, inscreve-se na estratégia. Mas, por outro lado é um outro difuso, não identificado, cuja racionalidade nos escapa e, assim, apresenta-se mais como um risco e inscreve-se no planeamento. No conjunto perfila-se numa zona cinzenta entre riscos e ameaças que cabe mal na estratégia e excede o mero planeamento. Digamos que implica um planeamento contra riscos que deve equacionar os fatores, estruturantes e conjunturais, propiciadores de atos terroristas, que deve comportar a preparação de meios, pessoais e técnicos, a iden-

tificação de zonas e estruturas mais sensíveis e vulneráveis, medidas de prevenção e cálculo de riscos, ações de intervenção e controlo de danos e, acima de tudo, a preparação das populações para enfrentarem as emergências, sublinhe-se, eventuais emergências. Neste patamar falta-lhe o outro, o inimigo, logo não há ameaça, não há estratégia. Quando se passa ao patamar da neutralização de indivíduos, células ou grupos quando referenciados, com um outro identificado e com o qual se prevê confronto, do risco passou-se à ameaça, do planeamento passou-se à estratégia. Então a resposta ao terrorismo global, envolvendo o planeamento contra riscos mais a estratégia contra ameaças, situa-se no patamar da segurança.

Não se trata aqui de mera especulação semântica, importa este esboço de clarificação para se compreender a situação em que nos encontramos face ao terrorismo. Porque, na verdade, pouco se tem avançado na resposta ao terrorismo, as reações aos atos terroristas têm sido casuísticas, pontuais, redundantes até no discurso. Não se vê, a curto prazo, como eliminar o terrorismo e temos que nos mentalizar para conviver com ele, intensificando a segurança, o que envolve algumas perversidades. Fica para já uma ideia que perturba o raciocínio clássico da polemologia: já se compreendeu que, presentemente, a antítese desta guerra contra o terrorismo não é a paz, é a segurança.

## SEGURANÇA DE GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS

Passemos à abordagem da segurança nos grandes eventos desportivos.

A segurança tende a tornar-se obsessiva. E a prioridade à segurança aplicada aos eventos desportivos em geral, nomeadamente aos de grande repercussão, pode constituir uma perversão ao ideal desportivo: desaparece o objetivo da paz e impõe-se a prioridade da segurança.

Não é a primeira vez que grandes eventos desportivos modernos são atingidos na sua essência por manifestações perversas. E têm sempre conseguido ultrapassá-las.

Quando o desporto se institucionalizou como atividade social, no século XIX, era uma atividade lúdica e cultural visando o desenvolvimento integral do homem, mas reservado às elites da aristocracia e da grande burguesia. Carlos Paula Cardoso, no livro *100 anos de olimpismo em Portugal*<sup>8</sup>, com que o Comité Olímpico de Portugal assinalou o seu centésimo aniversário, cita, em caixa, esta definição de *sportman*, retirada da revista *Tiro e Sport* de 31/3/1906: «*Sportman é tão somente o indivíduo de boa condição e cultura intelectual que exerce, com distinção e assiduidade, na qualidade de amador, um ou mais ramos de sport... Não pode ser interpretado convenientemente por indivíduos incultos e boçais, em que as noções de bem e do belo não foram apuradas pelos agentes ampliadores do estudo, da prática e do conforto no convívio de sociedade selecionada...*» Num comentário breve, mas suficientemente esclarecedor, Paula Cardoso acrescentava: «Esta curiosa definição de *sportman* [...] evidenciava a quem se destinavam as atividades físicas em Portugal, no dealbar do século XX.» (p. 20) Era, muito claramente, um instrumento demarcação social.

Com o avanço da democratização das sociedades, conforme as classes médias e trabalhadoras foram conquistando estatuto de cidadania, o desporto massificou-se. Foi uma marcha progressiva, lenta, consistente. Mas só em parte. Continua, hoje, a haver países onde

---

8 CARDOSO, Carlos Paula – *100 anos de olimpismo em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 2009

persiste a exclusão, ou autoexclusão, do direito ao desporto por discriminação sexual, religiosa, classista, étnica. A alguns desses países até se confere o privilégio, aberrante, de organizarem grandes eventos desportivos, nos quais parte significativa da sua população não pode usufruir, nem como participante e nem mesmo como espetador. É uma perversão que vai estando cada vez mais circunscrita, mas que ainda existe.

A massificação arrastou o desporto-espetáculo e a profissionalização. O desporto-espetáculo foi incentivado pelo crescente papel dos *media*, os jornais, a rádio, o cinema, mais tarde a televisão, que viam no desporto excelente produto de difusão, matéria-prima genuína para ser espetacularmente encenada. E foi também aproveitado politicamente, porque qualquer grande evento desportivo, os Jogos Olímpicos em particular, eram motivo de propaganda, de afirmação de poder, de prestígio, de estatuto internacional. Cada edição era pretexto privilegiado para o Estado organizador procurar suplantá-los anteriores. Escreve Paula Cardoso, referindo-se aos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936, como «[...] *a mais espectacular organização até então vista nos anais do olimpismo.*» (p. 94) Viria a ser assim, com todos os jogos que se seguiram, depois de 1948, ultrapassado o “defeso” da Segunda Guerra Mundial.

Encarado com muitas desconfianças por alguns puristas, que contestavam que o jogo-espetáculo praticado por profissionais continuasse a merecer a classificação de desporto, as reservas viriam a ser progressivamente ultrapassadas. Afinal desporto é cultura física, é manifestação cultural e em todas as manifestações culturais que se massificaram os seus intérpretes profissionalizaram-se. O objetivo de levar a toda a humanidade a capacidade de ler, escrever, desenhar, não se choca com a profissionalização de poetas, escritores e artistas plásticos. O mesmo com a divulgação da iniciação musical e cénica que promove o aparecimento de intérpretes excepcionais que fazem da arte profissão sem deixarem de ser artistas. Desporto-espetáculo é espetáculo sem que os seus profissionais deixem de ser desportistas. Creio que isto deixou de ser perversamente entendido e os

próprios Jogos Olímpicos, o maior espetáculo desportivo mundial, aceita o desportista profissional que vive da sua prática.

Uma terceira alusão aos desvios que atingem o fenómeno desportivo envolve o desporto-negócio. A profissionalização e o desporto-espetáculo, correspondendo à dinâmica sociopolítica envolvente, introduziram uma nova dimensão, o negócio. Os eventos desportivos são negócios, os seus agentes são peças do negócio. E os grandes eventos, olimpíadas, campeonatos mundiais ou continentais, são grandes negócios e os seus agentes são peças de grandes negócios. Os grandes eventos desportivos são penetrados pelos vícios da sociedade globalizada e de consumo, a corrupção, o suborno, o doping oficializado, os boicotes, as apostas clandestinas. Os resultados desportivos traduzem-se em prémios pecuniários que são muito alicientes, em vedetismo, em estatuto social. A escolha de locais para realização de grandes eventos, onde os valores olímpicos não são respeitados, onde a universalização da cultura física é negada, determinada pela lógica do grande negócio que é o espetáculo desportivo e como ele interfere em toda a lógica social, económica e política, é a expressão política máxima desta perversão.

Por fim, outra perversão tem a ver com o aproveitamento do fenómeno desportivo quando este assumiu dimensão social, pelo poder político. Aqui entramos no domínio da biopolítica, da forma como foi interpretada, denunciada e combatida por Michel Foucault. Ainda que não aprofundando, porque seria deslocado, dediquemos-lhe um espaço mais alargado.

Ao contrário do que muitos pensam, não foi Foucault o introdutor do termo biopolítica. Isso deve-se a Rudolf Kjellén, o professor sueco que já fora autor do neologismo geopolítica. No seu livro *Sistema da política*, publicado em 1920, diz ter tomado consciência da tensão que a própria vida introduzia na política, o que o levou a designar essa área do conhecimento por biopolítica. Mas Foucault seria quem, mais de meio século depois, chamou a atenção para a biopolítica, ainda que tenha ficado muito aquém do que prometera. Considerava este filó-

sofo francês que a partir dos séculos XVII e XVIII, mais por necessidade instrumental do que por razões humanistas, o poder político passou a dar mais atenção à vida humana, à sua expansão, fortalecimento, aperfeiçoamento, valorização. Foucault via na biopolítica uma apropriação perversa da vida pelo poder político, usando a cultura física para potenciar a gestão e o controlo do corpo humano, quer como fator de produção, para satisfazer as necessidades do capitalismo, quer como fator guerreiro, para se tornar mais apto para o combate. Processos que designou anátomo-políticos. A sua crítica já não incidia no controlo da vida do indivíduo, mas no controlo da vida da espécie humana enquanto entidade coletiva.

Outros filósofos como Giorgio Agamben ou Antonio Negri e Michael Hardt, também acentuaram a perspetiva negativa da biopolítica, a faculdade de o poder político dispor da vida humana, o poder de matar. Por isso consideram que no limite da biopolítica está sempre a tanatopolítica. Localizam na Segunda Guerra Mundial os seus patamares mais sinistros, com os campos de concentração nazis e os bombardeamentos atômicos de Hiroshima e Nagasaki. Alguns dos conflitos pós-guerra fria e das novas guerras da era da globalização, os genocídios no Camboja e na região dos Grandes Lagos africanos, as limpezas étnicas nos Balcãs, a barbárie na Argélia, no Iraque, na Síria, na Líbia, tiveram as marcas perversas da biopolítica e apontaram para os seus limites na tanatopolítica.

É interessante assinalar que Noronha Feio, no seu livro *Desporto e política* que já aqui referi, antes de Foucault ter trazido a biopolítica para o debate académico, previu esta perversão da biopolítica. Cita Bernard Gillet: «[...] *com o aparecimento do nacional-socialismo [...] se um lugar importante era dado aos desportos e às distrações ao ar-livre, não era para lhe dar (ao jovem alemão) melhores condições de existência, mas porque essas atividades deviam acrescentar o seu vigor e aumentar o rendimento do seu trabalho, vantagens de que o regime poderia tirar proveito.*» (pp. 155 e 156) E cita também Jean Meynaud: «O Estado racista não tem precisamente o papel de fazer da educação uma colónia de atletas pacifistas [...] A sua imagem ideal da humanidade era de homens

dotados de uma energia viril e altiva e de mulheres capazes de dar ao mundo verdadeiros homens [...]». (p. 156) São citações que revelam como Noronha Feio recusava a biopolítica no seu sentido mais negativo. Paula Cardoso transmite, exatamente esta mesma perversão quando refere, no seu livro, que Adolfo Hitler nunca dera importância ao desporto, enquanto tal, mas que, quando chegou ao poder, já o Comité Olímpico Internacional (COI) tinha atribuído à Alemanha a organização dos Jogos de 1936, depressa se apercebendo da sua importância para propagandear as virtudes da nova Alemanha. Paula Cardoso inclui, em caixa, uma citação do próprio Hitler: «Milhões de corpos desportivamente treinados, impregnados de amor pátrio e cheios de espírito guerreiro podem transformar-se no espaço de dois anos, num exército.» (p. 94)

Mas também neste campo da biopolítica surgem perspectivas mais positivas. Em minha opinião quem foi mais longe na abordagem da biopolítica foi o filósofo italiano Roberto Esposito no seu livro *Bios; biopolítica e filosofia*<sup>9</sup>, segundo o qual já não se pode conceber uma política que não seja uma política da vida, conferindo à biopolítica um sentido positivo que recuse uma política sobre a vida e, pelo contrário, promova uma política que aponte no sentido da segurança humana (p. 32). E é também neste sentido que aponta um relatório de Mark Duffield e Nicholas Waddell, “Human security and global danger”. Esposito sintetiza o seu pensamento numa frase emblemática, propondo que a vitalização da política deve sobrepor-se à politização da vida (p. 224). Aplicando este conceito ao domínio da cultura física, esta terá de encarar o Homem como objetivo da política e não como instrumento do poder.

Todos estes desvios perversos que afetam o ideal desportivo atrás referidos, da discriminação, da profissionalização e do desporto-espetáculo, do desporto-negócio, da biopolítica, têm de ser, e têm sido, resolvidas pelas próprias estruturas desportivas, mas dificilmente conseguem resultados sem mudanças de fundo nas superestruturas políticas, na forma como encaram e regem os valores predominan-

---

9 ESPOSITO, Roberto – *Bios; biopolítica e filosofia*, Edições 70, Lisboa, 2010

tes nas sociedades atuais. O que tem de ser conseguido sem que se atinja o essencial da cultura desportiva e da sua expressão atual no desporto-espetáculo e o que essa evolução introduziu de positivo. Mais uma vez recorro à lucidez de Noronha Feio: «Dos exageros [...] resulta naturalmente uma reação que leva à condenação total de todo o processo e não *apenas no que nele existe de reprovável.*» (p. 157) O aviso para que, como dizem os brasileiros, se evite deitar fora a criança com a água do banho.

Regressemos, então, ao problema da segurança dos grandes eventos desportivos, que é o tema que aqui nos move. É uma perversão que atinge o fenómeno desportivo, agora não gerada por ele próprio mas vindo do seu exterior. E, uma vez mais, tem a ver com a sociedade envolvente e com o momento político dominado pela globalização da ameaça terrorista. O terrorismo atinge os grandes eventos desportivos.

## TERRORISMO E GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS

Há quem situe a origem das ações terroristas em grandes acontecimentos desportivos nos jogos Olímpicos de Munique, em 1972, quando o movimento palestino Setembro Negro sequestrou parte da equipa olímpica israelita, em plena aldeia olímpica, que acabou em tragédia, com a intervenção da polícia alemã de que resultou a morte de 11 dos sequestrados e elevado número dos sequestradores. Penso que é uma opinião respeitável mas que suscita alguns esclarecimentos.

Foi um atentado terrorista, sem dúvida e lançado durante um grande evento desportivo. Mas foi atípico face aos atentados violentos que vieram depois, com quase um quarto de século de intervalo, Jogos Olímpicos de Atlanta (EUA, 1996), Rali de Dacar (Mauritânia, 2008), Maratona de Sri Lanka (2008), Jogo de Crique Paquistão-Sri Lanka (Paquistão, 2009), Campeonato Africano de Futebol (Cabinda, Angola, 2010), Maratona de Boston (EUA, 2013), Jogo de Futebol França-Alemanha (Paris, França, 2015).

Os atos terroristas podem classificar-se, na sua execução e consoante os alvos e efeitos que pretendem atingir, em duas grandes categorias, os seletivos e os indiscriminados. O terrorismo seletivo visa alvos específicos, concretos que, por razões que só aos responsáveis respeitam, estes decidem atingir, eliminar ou destruir. Foi o caso de Munique em que o grupo do Setembro Negro pretendia, objetivamente, com os sequestros, a libertação, como troca, de quase duas centenas e meia de prisioneiros palestinos em Israel e ainda de elementos do grupo alemão do Baader-Mainhoff presos na República Federal Alemã. O terrorismo indiscriminado, pelo contrário, não tem destinatário objetivo, pretende apenas causar medo generalizado, o alvo é escolhido de acordo com o local e o momento mais favorável independentemente das vítimas que vier a causar. O terrorismo indiscriminado é uma arma psicológica, o seu alvo não são as vítimas diretas, são as populações em geral, locais, do país, da região, da comunidade envolvente. O terrorismo indiscriminado tem uma particularidade dominante, faz dos inocentes vítimas privilegiadas da agressão. O objetivo do terrorismo indiscriminado é cau-

sar o maior número de vítimas, obter os maiores efeitos materiais, conseguir a maior divulgação mediática. Todos os restantes atentados contra grandes eventos desportivos, depois de Atlanta, foram atos de terrorismo indiscriminado. Munique constituiu exceção.

Os grandes eventos desportivos, como quaisquer outras concentrações de massas humanas, são altamente favoráveis aos atos de terrorismo. E são-no especialmente, porque concentram uma série de fatores que os tornam alvos preferenciais, porque remuneradores face aos objetivos que o terrorismo pretende atingir:

- São atividades onde convergem atenções de todo o mundo – logo, favorecem o impacto que o terrorismo busca;
- São muito frequentes, estão programados vários ao longo de todos os meses do ano e dispersos por todo o mundo, dando ao terrorismo grande flexibilidade na escolha do local e momento – portanto, favorecem a imprevisibilidade;
- Têm enorme e diversificada cobertura mediática – daí que favoreçam o que o terrorismo mais procura, visibilidade;
- Movimentam imensos e os mais diversos meios de transporte coletivos – o que se traduz na reunião de alvos adicionais para além dos recintos desportivos;
- Realizam-se ao ar-livre ou em recintos e complexos muito amplos e dispersos – o que dificulta a adoção de medidas de segurança, nomeadamente de medidas preventivas;
- São eventos que se caracterizam por ambientes lúdicos, de confraternização, cosmopolitas – por isso a mera ameaça, infiltrando o medo, a desconfiança, subverte o espírito do evento e tem enorme efeito psicológico.

Daqui resulta que os grandes eventos desportivos também tenham de ser objeto de especiais precauções de segurança. Mas a segurança nunca será absoluta porque não há, em nenhuma participação humana, segurança absoluta.

Acresce que à segurança antiterrorista se tem de acrescentar a mera segurança policial, cívica. É certo que a segurança policial, até certo ponto, contribui para a segurança contra as ameaças terroristas, porque é maior a presença de efetivos das forças de segurança, porque há mais controlo nos acessos, porque impede (ou tenta impedir) o transporte de armas ou engenhos explosivos, porque a mera presença constitui um elemento dissuasor. Mas são deprimentes e colidem com os ideais desportivos, as imagens do controlo dos adeptos no acesso aos recinto e nas suas retiradas, a separação das claques envolvidas por cordões policiais. Aliás a própria agressividade das claques é contrária ao ideal desportivo. O grande evento desportivo está a ser dominado por um aparato de violência e de medo.

A segurança dos grandes eventos desportivos não pode deixar de se inscrever no planeamento da segurança geral do país, da região, da cidade, onde se realizam. Por vezes até em quadros de cooperação internacional mais amplos. No caso particular do combate ao terrorismo, tem de ser acima de tudo, preventivo, tarefa dos serviços de informação, de espionagem, do controlo de fronteiras e que exige íntima coordenação internacional pela mobilidade de pessoas que implica. O combate reativo é sempre posterior ao ato desencadeado, ou para controlo de danos. Evidentemente que tem efeitos positivos na identificação dos autores, de cúmplices, de redes e podem fazer fracassar ou retardar outras ações planeadas. Obviamente que é importante o que tem impedido. Não é público, mas sabe-se que há alguns sucessos. Mas no terrorismo o que conta é o que se faz e importa mais um atentado concretizado do que dez neutralizados. A própria divulgação de casos neutralizados tem efeitos psicológicos negativos, porque dá notícia de que o terrorismo está ativo, gera ansiedade sobre o que poderá vir a fazer. O terrorismo quer que se fale dele, quer prova de vida.

O terrorismo é uma arma terrível, pela sua flexibilidade, pela sua imprevisibilidade, pela sua capacidade de inovação e de renovação de efetivos e quadros. Mas o terrorismo não é imbatível, é suscetível de ser enfrentado. As sociedades e os poderes políticos ainda estão numa fase de busca dos melhores processos para o enfrentarem. A disputa entre o gládio e o

escudo tem sido uma constante ao longo do processo histórico dos conflitos e é essa luta que se trava entre o terrorismo e o contra-terrorismo.

Para já a medida essencial já enunciada, à semelhança do que acontece em relação às catástrofes naturais, temos de nos habituar a conviver com a ameaça terrorista. O terrorismo quer implantar o medo, quer generalizar o medo para dominar pelo medo. Esse trunfo pode ser-lhe retirado. Há que o enfrentar controlando o medo. Como escreveu o grande historiador britânico especialista da conflitualidade mundial do século XX, Eric Hobsbawm, no seu livro *A era dos extremos*<sup>10</sup> o problema do terrorismo requererá cabeças frias, não histeria (p. 45).

No dia em que a sociedade se deixar dominar pelo medo, o terrorismo ganhou. Os cidadãos têm de estar preparados para o que poderão ter de enfrentar, para minimizar a surpresa, como agir perante o ato terrorista, para minimizar os efeitos. Diz-se que o terrorismo islâmico, aquele que na atualidade mais se tem feito notar, tem, com as suas ações na Europa, o objetivo de atingir os valores matriciais europeus, a liberdade, a democracia, os direitos humanos. Tenho dúvidas mas não o vou aqui contestar. O que sei é que, se assim for, no dia em que para combater o terrorismo se optar por meios ou por processos que ponham de parte, ou contrariem esses valores, como já se vai ouvindo e lendo, o terrorismo está a ganhar. O dilema liberdade/segurança está instalado em alguns (muitos) setores da opinião pública. Importa que não se imponha como alternativa, liberdade ou segurança, mas como complementaridade, liberdade e segurança. No dia em que se tiver de abdicar da liberdade para garantir a segurança, o terrorismo ganhou.

Há quem estenda o dedo invocando o terrorismo para condenar a política de acolhimento aos refugiados. Os refugiados que nós, europeus e ocidentais fomos “buscar”, contribuindo e até tendo a iniciativa de criar condições de vida caóticas nos seus países. Agora argumenta-se que os refugiados são os veículos transportadores do terrorismo. Esquece-se que a grande maioria dos terroristas que têm sido referen-

---

10 HOBBSAWM, Eric – *Globalização, democracia e terrorismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2008

ciados na Europa nasceu aqui, cresceu aqui, têm cidadania europeia. Os refugiados são um problema potencial mas por outras razões. Se forem concentrados em guetos, se não houver políticas cosmopolitas de integração, se forem hostilizados, se não tiverem ocupação, poderão tornar-se fator de instabilidade, alvos de ações desestabilizadoras das ações terroristas, sementes de conflitualidade urbana endémica. O terrorismo tentará contribuir para que tal aconteça. No dia em que, eventualmente, as condições favorecessem o aliciamento dos refugiados pelo terrorismo, que os refugiados passassem a constituir o meio em que se movimentam os terroristas, o terrorismo estaria a ganhar.

Em 1996 rebentaram bombas nos Jogos Olímpicos de Atlanta, os jogos seguiram o seu percurso e o público não faltou. O terrorismo perdeu. Em 2008 um bombista terrorista, na Mauritânia, fez cancelar o Rali de Dakar. O terrorismo ganhou. Em 2010 numa emboscada em Cabinda ao autocarro que transportava a seleção de futebol do Togo levou este país a abandonar o campeonato africano que se realizava em Angola, mas o campeonato prosseguiu. O terrorismo ganhou localmente, mas perdeu à dimensão regional. Em 2013 os atentados bombistas não impediram a maratona de Boston e, em 2015, os bombistas que não conseguiram entrar no Stade de France e se fizeram explodir no exterior não interromperam o jogo França-Alemanha. O terrorismo perdeu. São batalhas dispersas, umas ganhas, outras perdidas. Mas a guerra não é uma batalha, é o resultado de múltiplas batalhas. Uma guerra ganha passa por muitas batalhas perdidas. Assim será também na guerra contra o terrorismo global.

O terrorismo também comete erros e desguarnece os seus flancos. Desconhece-se quando, onde, como, vão cometer esses erros, mas a resposta ao terrorismo deve ter em conta que vão ocorrer, como já têm ocorrido. Deve estar planeada e preparada a resposta e a exploração desses erros. Conforme mais e melhor se vai conhecendo o inimigo, mais se vão detetando as suas fragilidades, os seus vícios de atuação, as suas fixações preconceituosas. Com imaginação pode-se atraí-lo a oportunidades forjadas, procurar retirar-lhe a exclusividade da iniciativa. Até agora, na luta entre terrorismo e contra-terrorismo, a iniciativa tem pertencido sempre ao primeiro. Não é inevitável que assim tenha de ser sempre.

Quando o Estado Islâmico, o Daesh, conseguiu alguns êxitos fáceis e se deixou entusiasmar pela ambição do novo califado, passou a ocupar território, a controlar cidades, a explorar recursos económicos, a administrar populações. Abdicou da clandestinidade, identificável tornou-se um alvo apetecível e remunerador para ações militares de tipo clássico. Perdeu todos os trunfos da guerra assimétrica, favorável ao fraco e adquiriu todas as desvantagens da guerra simétrica, que favorece o mais forte. Não tem potencial para aguentar a guerra convencional a que se expôs. Os mentores e responsáveis do Estado Islâmico, um dos patrocinadores mais temíveis do moderno terrorismo islâmico, vão perder essa guerra e os seus seguidores não lhes vão perdoar.

A guerra contra o terrorismo, no desporto, pode ser ganha, mas só o será se os alvos visados não se deixarem dominar pelo medo. Com as medidas de segurança apropriadas e cada vez mais aperfeiçoadas, os grandes eventos desportivos têm de continuar a realizar-se.

No semanário *Expresso* de 25 de Março do corrente ano, com os atentados de Bruxelas ainda a quente, o vice-presidente da UEFA, Pedro Pinto, interrogado sobre as declarações do vice-presidente do Comité Executivo, Giancarlo Abate, sobre as probabilidades de os jogos de futebol do Euro-2016, em França, se realizarem à porta-fechada, deixou a pergunta sem resposta, mas adiantou que a segurança será a prioridade número um. Na mesma página, um artigo de Pedro Candeias, diz que foi o medo que levou Giancarlo Abate a declarar «Não podemos excluir a possibilidade de o Euro-2016 se jogar à porta-fechada, já que não se pode excluir a ameaça terrorista.» É o tipo de pergunta que deve ser evitada e o tipo de resposta que não deve ser dada. Tanto mais que, segundo o mesmo artigo, a narrativa oficial da UEFA é a mesma da União Europeia, «Não se pode entrar em pânico, não se pode ceder ao medo dos atentados, não se pode deixá-los ganhar.» Se há uma posição oficial, que até é a que está correta, o discurso dos responsáveis tem de ser unívoco. E isto no mesmo ano em que há os Jogos Olímpicos no Brasil, para os quais a política do COI tem de se regular por idênticas normas.

## CONCLUINDO

No pensamento de Clausewitz há uma ideia central: a guerra é uma luta de vontades. A vitória não significa a eliminação física do outro, a vitória consiste na destruição da sua vontade de prosseguir o combate. Se há área da atividade humana onde a vontade é um atributo decisivo do triunfo, da vitória, é a área desportiva, a competição desportiva. O desporto reúne, na sua própria essência, as armas para não ceder face à ameaça terrorista. Compete à sociedade, aos poderes políticos e administrativos, a todos os níveis, global, nacional, regional, local, criar as condições para que os grandes eventos desportivos se efetuem nas condições de maior confiança e segurança possíveis. Ao mundo do desporto, atletas, dirigentes, funcionários, assistentes, adeptos, cumpre colaborar para que, apesar da ameaça terrorista, os esforços para realização dos grandes eventos desportivos se cumpram.

Sem ser um agente da guerra, porque o desporto não deverá ser parte de nenhuma guerra, será o contributo do desporto, do olimpismo, para o sucesso de um dos seus proclamados princípios fundamentais, a PAZ.

### PEDRO DE PEZARAT CORREIA

\*Este texto é a reprodução, adaptada para a sua divulgação escrita, do texto que serviu de apoio à exposição em *power point*, pelo autor, na conferência que proferiu, a convite do COP, no Dia Internacional do Desporto para o Desenvolvimento e a Paz.

## **Ficha Técnica**

*Autor*

General Pedro de Pezarat Correia

*Coordenação e revisão*

Rita Nunes

*Design e produção gráfica*

Estrelas de Papel Lda. – Lisboa

*Tiragem*

1000 exs.

ISBN: 978-972-98307-4-7

Depósito Legal: xxxxxxxxx

Julho 2016

## TÍTULOS ANTERIORES

1. A sustentabilidade competitiva do desporto português
2. O desporto e o constrangimento demográfico
3. Programa de preparação olímpica
4. Desporto, crescimento económico e emprego
5. A Igualdade de género no desporto
6. O desporto na descolonização portuguesa
7. O Legado axiológico dos Jogos Olímpicos
8. Código de Ética. Comité Olímpico Internacional



Patrocinadores:

REN

abreu

SAMSUNG



DB SCHENKER

JOMA®

Salsa